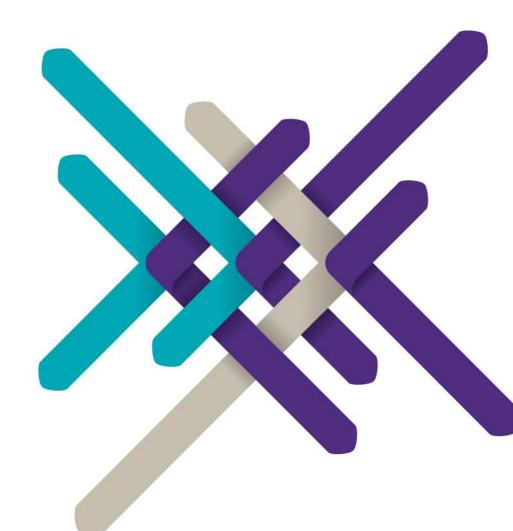


APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente Em 31 de dezembro de 2020





Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019	12



APS ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA A SAUDE LTDA

C.N.P.J – 00.539.806/0001-52 Registro ANS nº 40670-8

Relatório da Administração

Em conformidade com as disposições estatutárias, legais e regulatórias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis financeiras da Operadora APS ASSISTENCIA PERSONAIZADA A SAÚDE LTDA, e o relatório dos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi marcado por um cenário desafiador perante a crise sanitária e econômica, influenciado pela pandemia do novo coronavírus Covid-19, a Operadora concentrou os melhores esforços priorizando a saúde e bem estar de nossos beneficiários e colaboradores e assim atingiu os bons resultados esperados.

Desempenho econômico-financeiro

No exercício de 2020, nossa receita se manteve em relação a 2019, as vendas de planos de saúde para pessoa física conforme determinação da alta administração continuam suspensos para comercialização

A sinistralidade para 2020 resultou em 57% representando uma redução em relação a 2019 que foi de 70,48%, mantendo os controles de custos e melhorias dos processos nosso foco é atender nossos beneficiários cada vez melhor.

Ao final do exercício de 2019, a Operadora realizou uma reestruturação na área administrativa reduzindo os gastos no ano de 2020.

Em conformidade com o contrato social da Operadora, os resultados apurados serão distribuídos o que forem deliberados pelos quotistas. Em 2020, a Operadora registrou lucro no exercício de R\$ 6.466.612.



Portanto a Operadora encerrou 2020 com um excelente desempenho econômico financeiro atendendo à Legislação aplicável que estabelecem as regras para as garantias financeiras suficientes.

Investimentos

Implementação da Telemedicina para realização de consultas aos beneficiários em nossa rede própria, foram alguns dos investimentos realizados em 2020 a fim de melhor atende-los, melhorando a acessibilidade e qualidade dos nossos serviços;

Disponibilização no call center de um colaborador da enfermagem na orientação/dúvidas dos sintomas da covid-19 aos nossos beneficiários;

Foram realizadas diversas ações na estrutura de atendimento presencial em vários setores para segurança de nossos colaboradores e aos beneficiários da Operadora.

Recursos Humanos

Administrada com um ótimo ambiente de trabalho e visando sempre a valorização de seus colaboradores, a APS oferece assistência médica, seguro de vida aos colaboradores, vale transporte, cesta básica, uniformes, curso de atualização profissional, etc.

Planejamento da Administração

Mantemos nossa confiança na superação das exigências sanitárias enfrentadas em função da pandemia do COVID-19 em nossa região de atuação.

Agradecimentos

A Operadora agradece o apoio do corpo clínico, prestadores de serviços e fornecedores, a confiança de seus clientes e aos Órgãos Reguladores depositados em nossa administração e aos nossos colaboradores o indispensável comprometimento e empenho demonstrados para a melhor obtenção dos resultados.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e Quotistas da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025.583/O-1

and Pristing Dinhaus Ouosa

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA. C.N.P.J 00.539.806/0001-52 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

ATIVO

(EM REAIS)

	Notas	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		19.099.004	12.703.170
Disponível		28.271	14.668
Realizável		19.070.732	12.688.502
Aplicações Financeiras	3	17.822.124	11.658.654
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		4.633.209	4.548.088
Aplicações Livres		13.188.915	7.110.566
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4	997.124	799.157
Contraprestação Pecuniária a Receber		669.397	799.157
Outros Créditos de Operações de Assistência Médica		327.727	-
Créditos Tributários e Previdenciários	5	150.903	146.883
Bens e Títulos a Receber		99.422	83.807
Despesas Antecipadas		1.159	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		44.332	56.698
Imobilizado	6	41.330	48.154
Imobilizado de Uso Próprio		41.330	48.154
Hospitalares / Odontológicos		36.361	40.882
Não Hospitalares / Não Odontológicos		3.161	5.365
Outras Imobilizações		1.808	1.907
Intangível	7	3.001	8.544
TOTAL DO ATIVO	_	19.143.335	12.759.868

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA. C.N.P.J 00.539.806/0001-52 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

PASSIVO

(EM REAIS)

	Notas	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		3.503.233	3.643.200
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	8	2.902.157	3.036.989
Provisão de Prêmio / Contraprestações Não Ganha - PPNG		369.081	417.533
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		79.847	51.493
Provisão Para Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.460.180	1.621.846
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		993.049	946.117
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		22.315	58.916
Receita Antecipada de Contraprestações		9.793	58.916
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		12.522	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	9	442.874	426.576
Débitos Diversos	10	135.888	120.720
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		96.776	39.954
Provisões			
Provisões para Ações Judiciais	11	96.776	39.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	15.543.326	9.076.714
Capital Social		3.312.000	3.312.000
Capital Social		3.312.000	3.312.000
Reservas		5.764.713	2.007.260
Reservas de Lucros		5.764.713	2.007.260
Lucros Acumulados	-	6.466.612	3.757.454
TOTAL DO PASSIVO	=	19.143.335	12.759.869

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA. C.N.P.J 00.539.806/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (EM REAIS, EXCETO RESULTADO POR QUOTA)

	Notas	2020	2019
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		27.944.387	27.995.691
Receitas com Operações de Assistência a Saúde		29.080.638	28.991.049
Contraprestações Líquidas		29.080.638	28.991.049
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde Operadora		(1.136.251)	(995.358)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(16.639.012)	(20.432.846)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(16.592.080)	(20.163.764)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(46.932)	(269.082)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		11.305.375	7.562.845
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistencia a Saúde		1.254	2.250
Outras Receitas Oper.de Assist.à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	13	22.567	26.319
Outras Receitas de Prestação de Serviços de Administradora de Beneficíos		-	16.712
Outras Receitas Operacionais		22.567	9.607
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	14	(64.020)	(199.648)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(64.020)	(82.429)
Provisão para Perdas sobre Créditos		-	(117.219)
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da OPS	15	(477.683)	(214.596)
RESULTADO BRUTO		10.787.493	7.177.170
Despesas com Comercialização		(66.681)	(2.694)
Despesas Administrativas	16	(1.253.010)	(2.077.394)
Resultado Financeiro Líquido	17	326.381	705.959
Receitas Financeiras		451.189	732.299
Despesas Financeiras		(124.808)	(26.340)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	18	9.794.182	5.803.042
Imposto de Renda		(2.440.390)	(1.497.756)
Contribuição Social		(887.180)	(547.832)
RESULTADO LÍQUIDO		6.466.612	3.757.454
RESULTADO POR QUOTA - R\$ MIL		5,86	3,40

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA C.N.P.J 00.539.806/0001-52

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(EM REAIS)

	Notas	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		3.312.000	-	2.007.260	5.319.260
Resultado Líquido do Exercício Transferência de Lucros Acumulados para Reservas de Lucros	12 12		2.007.260	3.757.454 (2.007.260)	3.757.454
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		3.312.000	2.007.260	3.757.454	9.076.714
Resultado Líquido do Exercício Transferência de Lucros Acumulados para Reservas de Lucros	12 12		3.757.454	6.466.612 (3.757.454)	6.466.612
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		3.312.000	5.764.713	6.466.612	15.543.326

APS - ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA. C.N.P.J 00.539.806/0001-52

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (EM REAIS)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano Saúde	28.861.567	29.097.011
Resgate de Aplicações Financeiras	25.065.888	14.349.000
Outros Recebimentos Operacionais	198.976	129.686
Pagamento a Fornecedores/Prestad. de Serv. de Saúde	16.930.630	20.024.193
Pagamento e Comissões	66.681	2.694
Pagamnto a Pessoal	260.132	1.099.933
Pagamento de Serviços Terceiros	307.039	276.127
Pagamento de Tributos	5.004.747	3.173.726
Pagamentos de Contingências Civeis/Trabalhistas/Tributárias	-	67.502
Pagamento de Aluguel	251.247	253.148
Pagamento de Promoção/Publicidade	-	1.118
Aplicação Financeira	30.958.050	18.215.000
Outros Pagamentos Operacionais	335.875	420.654
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.030	41.604
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	38.816
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(38.816)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	12.030	2.788
CAIXA - Saldo Inicial	13.850	11.062
CAIXA - Saldo Final	25.880	13.850
ATIVOS LIVRES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	7.124.416	3.017.193
ATIVOS LIVRES NO FINAL DO EXERCÍCIO	13.214.795	7.124.416
AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	6.090.379	4.107.223

APS – ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA À SAÚDE LTDA. (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

NOTA 1: Contexto Operacional

A APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (Operadora ou Sociedade) foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede à Rua 23 de Maio, 790 – Mezanino - Vianelo – Jundiaí/SP, com fins lucrativos, tem como objeto social a operação de planos privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, individuais, familiares e coletivos, por meios de execução própria ou mediante a contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº. 46070-8.

Nossa missão é prestar assistência médica de qualidade com dignidade e ética, promovendo a saúde de forma integral e humanizada.

Em dezembro 2019, após primeiras informações sobre o novo coronavírus, emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a Operadora estabeleceu modelo de gestão de crises composto por diversos comitês, todos dedicados a realizar ações preventivas, dinâmicas e integradas para o enfrentamento da pandemia.

Em março de 2020, com os primeiros casos no país e o início das medidas governamentais para controle da pandemia, em especial as que determinaram o isolamento social, com fechamento parcial de diversas atividades, observamos uma redução brusca e relevante no atendimento médico em rede credenciada. Como consequência, identificamos resultados positivos no primeiro semestre de 2020.

Como medida de redução de custos, os administradores renegociaram com alguns imóveis a redução nos aluguéis por um período determinado.

A partir do segundo semestre, houve a retomada de consultas, exames, cirurgias eletivas e serviços hospitalares elevando os gastos e ocorrendo uma redução nos resultados.

Em 31 de agosto de 2020, ANS determinou a postergação para 2021 da cobrança de reajustes dos contratos de plano de saúde. Esta medida prejudicou a geração de caixa em 2020, porém não impactou os resultados contábeis apresentados, uma vez que estes reajustes foram reconhecidos como receita do exercício de 2020 (R\$ 327.727), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Apesar dos desafios no enfrentamento da pandemia e suas consequências, a Operadora encerrou o exercício de 2020 com resultado líquido satisfatório, com suficientes ativos garantidores e boa margem de solvência.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuam sendo monitorados de forma contínua. A Administração da Operadora permanece atenta ao agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a adoção de medidas adicionais de isolamento social.

NOTA 2: Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios e práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11941/09. Atendem os Pronunciamentos Técnicos CPC aplicáveis à Operadora, associados às normas e instruções da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, especificamente à Lei nº 9656/98 de 03 junho de 1998 e legislações complementares, apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano de Contas Padrão exigido pela ANS.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Os pronunciamentos técnicos ainda não aprovados pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis são:

- CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;
- CPC 11 Contratos de Seguros;
- CPC 47 Receita de Contrato com Cliente; e
- CPC 48 Instrumentos Financeiros.

Atualmente não é possível estimar quando a ANS irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da APS revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 22 de março de 2021, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora.

2.3 Práticas e diretrizes contábeis

As principais práticas contábeis adotadas, para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.4 Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas operacionais constituem-se basicamente das contraprestações pecuniárias geradas pelos beneficiários de seu plano de saúde que são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco pelo critério de pro-rata dia para apropriação da receita das contraprestações, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos na área de abrangência da carteira que se encontra em grupos de municípios em Jundiaí e região.

Os custos com os serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médicohospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base na data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços médicos e hospitalares, ajustados pela provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisados até a data base das demonstrações contábeis.

2.5 Disponível

Inclui caixa e equivalentes de caixa, referem-se aos saldos positivos em conta movimento.

2.6 Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2.7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos a receber com operações relacionadas de plano de assistência à saúde referem-se às mensalidades previstas em contratos individuais/familiares e coletivo empresarial são reconhecidos pelo valor nominal.

2.8 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Os créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde referem-se à prestação de serviços médicos, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal.

2.9 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção e avaliações. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil estimado dos bens, com taxas que variam de 4% a 20%.

Os itens são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou vendas. O valor resultante da baixa do ativo imobilizado é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas nesse grupo, por se tratarem de bens incorpóreos, mas destinados a manutenção da entidade. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são amortizados a taxa de 4% a.a.

Os ganhos ou perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecido na demonstração do resultado.

2.11 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não provisionados e nem divulgados.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício, sendo que o lucro tributário diverge do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

2.13 Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (i) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (ii) Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos médios destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atuarial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selic) como premissas de cálculo; (iii) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); e (iv) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial ou com base em metodologia estabelecida pela ANS.

2.14 Receitas antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

2.15 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Operadora classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros adquiridos e mantidos com o
propósito de negociação no curto prazo, mensurados ao valor justo, com ganhos e perdas
decorrentes da variação valor justo reconhecido no resultado financeiro do exercício.
Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

 Recebíveis – Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Impairment de ativos financeiros - A Sociedade avalia no final de cada período se há
evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está
deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais
eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados nas categorias: mensuradas ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros:

- Valor justo por meio do resultado Registrados inicialmente ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no custo efetivo.
- Outros passivos financeiros Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Operadora tem como fornecedores entre os passivos financeiros não derivativos.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Operadora não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, operações com instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outra operação de caráter especulativo.

2.16 Teste de adequação de passivos - TAP

Do exercício de 2020 em diante, a Resolução Normativa – RN nº 435/18 da ANS trouxe mudanças relevantes para o mercado de planos de saúde, como a obrigatoriedade da realização anual do Teste de Adequação de Passivo (TAP) para as operadoras de grande porte – aquelas com mais de 100 mil beneficiários – sendo os resultados do TAP evidenciados nas Notas Explicativas às demonstrações Contábeis, como a Sociedade está classificada como pequeno porte não estamos obrigados a publicar os testes.

2.17 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Operadora requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza reativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. As estimativas que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Provisões para ações judiciais

A Operadora reconhece a provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Operadora, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Operadora constitui mensalmente Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) para fazer frente aos pagamentos dos eventos ocorridos e não registrados contabilmente. O valor desta provisão é estimado conforme cálculo atuarial próprio.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Operadora considera para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:

- Contraprestações pecuniária a receber A provisão para perdas estimadas sobre créditos
 de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de
 beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de
 60 dias, para planos individuais.
- Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares. A estimativa de perda é revisada periodicamente pela Administração para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.18 Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas e ainda não adotadas

As normas IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 15 (CPC 47) – Receitas de Contratos com Clientes e IFRS 16 (CPC 06 R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2018 e 01 de janeiro de 2019 no caso do IFRS 16, porém ainda não foram aprovadas pela ANS e, portanto, não adotadas até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

Em 27 de dezembro de 2017 a ANS emitiu ofício circular às operadoras de planos privados de assistência à saúde informando que as operadoras deverão continuar aplicando para os exercícios sociais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018 os princípios constantes nos Pronunciamentos CPC 17 — Contrato de construção, CPC 30 - Receitas e CPC 38 —

Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, com as ressalvas já dispostas anteriormente nas Resoluções Normativas 290/12 e 418/16, até que a ANS se manifeste sobre a aplicação destes pronunciamentos em futura alteração das normas regulamentadoras do Plano de Contas.

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 01 de janeiro de 2021, conforme segue:

- Reforma da taxa de juros de referência Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) a partir de 01 de janeiro de 2021.
- Contratos Onerosos custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
 a partir de 01 de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) A partir de 01 de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) a partir de 01 de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 01 de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros a partir de 01 de janeiro de 2023.

A Operadora não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis e as adotará assim que aprovadas pela ANS.

Normas ANS

• Resolução Normativa nº 442 de 20 de dezembro de 2018

Altera a Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Dispõe sobre a constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS - PEONA SUS, da Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC a partir de janeiro de 2020. No entanto, em 31 de março de 2020 através da 6ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada a ANS flexibilizou o prazo de constituição dessas provisões, podendo as operadoras de planos de saúde constituir as provisões a partir de janeiro de 2021, visando a minimizar os impactos da pandemia do COVID-19.

• Resolução Normativa nº 451 de 06 de março de 2020 e alterações dadas pelas RN nº 461 e RN nº 463 ambas de 4 de novembro de 2020.

Dispõe sobre os critérios para definição do Capital Regulatório das Operadoras de Plano de Assistência à Saúde. A RN torna obrigatória a adoção do capital baseado em risco como um dos parâmetros para a definição do capital regulatório, abandonando a regra atual de margem de solvência a partir do final de 2022. Com isso, as operadoras passaram a poder calcular o

capital regulatório baseado no seu próprio risco. A RN permite às operadoras escolherem entre duas opções para a apuração do capital regulatório até dezembro 2022. Para as operadoras que optaram pela antecipação a data de início foi de 31 de março de 2020. Para as operadoras que não optaram pela antecipação, permanecerão no escalonamento da margem de solvência atualmente vigente até dezembro de 2022. A Operadora não optou pela adoção antecipada, permanecendo no escalonamento da margem de solvência até dezembro de 2022.

A RN nº 461, além da RN nº 451 altera também as RN nº 393 e a RN nº 407. A principal alteração foi na RN nº 451, passando a exigir a parcela do risco de crédito, já que nesta RN previa primeiramente somente o requerimento de capital referente ao risco de subscrição. Esta resolução terá vigência a partir de 1º de março de 2021.

A RN nº 463 amplia as exigências para composição do capital regulatório das operadoras. Entre as normas atingidas por esta RN está a Instrução Normativa nº 50 que foi revogada, a qual tratava dos ajustes que deveriam ser considerados no patrimônio líquido das operadoras para avaliação de suficiência em relação à margem de solvência ou ao capital base exigido.

A Resolução Normativa nº 463 acrescenta o requerimento padrão referente ao risco de crédito às regras de capital regulatório que devem ser seguidas pelas operadoras de planos de saúde. Para isso, promoveu alterações na Resolução Normativa nº 451. A inclusão dessa exigência faz parte do cronograma previamente estabelecido na própria normativa, que visa incentivar a boa gestão de riscos pelas operadoras, contribuindo para sustentabilidade do mercado e ampliando a segurança para os beneficiários.

NOTA 3: Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, com a remuneração média em 2020 de 84,87% (2019 - 91,41% do CDI) apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência, conforme segue:

Aplicações - Vinculadas a ANS	2020	2019
Santander - F.I - ANS	2.301.425	2.262.259
Bradesco FI ANS	63.920	62.743
Santander FI ANS II RENDA FIXA	<u>2.267.864</u>	<u>2.223.087</u>
Total	<u>4.633.209</u>	<u>4.548.088</u>
Aplicações - Livres	2.019	2.019
Santander - FIC FI PB VIP	<u>13.188.915</u>	7.110.566
Total	13.188.915	<u>7.110.566</u>

NOTA 4: Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O valor apresentado na rubrica Créditos com Operações de Assistência à Saúde referem-se a mensalidades de planos individuais e coletivos empresariais que a Operadora tem a receber em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, já deduzido do saldo apresentado a provisão para perda esperada no recebimento dessas mensalidades. Abaixo apresentado:

4.1 Planos Assistência Médica	2020	2019
Planos Individuais	203.604	273.115
Planos Coletivos	534.674	623.436
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos		
Planos Individuais	(48.115)	(76.650)
Planos Coletivos	(20.766)	(20.744)
Total Planos Médicos	669.397	799.157
4.2 Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Ho	ospitalar	
Outros Créditos de Op.de Assist. Médico Hosp - PF	320.737	-
Outros Créditos de Op.de Assist. Médico Hosp -PME	<u>6.990</u>	<u>-</u>
Total Outros Créditos de Op.Assist. Médico Hosp-PME (i)	327.727	-
Total Geral Créditos de Operações	997.124	<u>799.157</u>

(i) Em decorrência da pandemia do COVID-19, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através do Comunicado nº 85 de agosto de 2020 suspendeu a aplicação do reajuste de planos de saúde por variação de custo (anual) e por mudança de faixa etária. Sendo a cobrança do reajuste efetivada ao longo do exercício de 2021. Em outubro de 2020, a ANS divulgou em seu sítio oficial um aviso com orientações quanto ao tratamento contábil do reajuste. Em conformidade com as alterações dadas pela ANS, a Operadora efetuou o reconhecimento da receita em 2020, sendo que o pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas a partir de março 2021.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2020	2019
A vencer	494.674	504.806
Vencidos		
Até 30 dias	136.318	235.342
de 31 a 60 dias	48.584	81.766
de 61 a 90 dias	12.257	18.205
a mais de 90 dias	<u>46.445</u>	<u>56.431</u>
Subtotal:	243.605	391.744
Total:	<u>738.278</u>	<u>896.551</u>
PPSC	(68.881)	(97.394)
SALDO	<u>669.397</u>	<u>799.157</u>

Movimentação da provisão para perdas

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(97.394)	(88.358)
Constituições e reversões	28.513	(9.036)
Saldo no fim do exercício	(68.881)	(97.394)

NOTA 5: Créditos Tributários e Previdenciários

Referem-se a impostos retidos sobre aplicações financeiras, antecipação de imposto de renda, contribuição social e valores pagos a maior com direito a compensação ou restituição.

	2020	2019
Créditos Tributários e Previdenciários		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	141.229	137.552
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	<u>9.673</u>	<u>9.331</u>
Total	<u>150.903</u>	<u>146.883</u>

NOTA 6: Imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

	-			31/12/2020	31/12/2019
<u>Descrição</u>	Taxa de depreciação anual (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Imobilizado de uso próprio Hospitalare	s/Odontológicos				
Máquinas e equipamentos hospitalares	10%	44.740	(8.562)	36.178	40.652
Móveis e utensílios	10%	470	(287)	183	230
Subtotal		45.210	(8.849)	36.361	40.882
Imobilizado de uso próprio não Hospita	lares/Odontológi	icos			
Máquinas e equipamentos	10%	390	(243)	147	186
Equipamentos de informática	20%	10.098	(9.250)	848	2.448
Móveis e utensílios hospitalares	10%	16.899	(14.733)	2.166	2.730

Subtotal		27.387	(24.226)	3.161	5.365
Outras imobilizações					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	2.480	(672)	1.808	1.907
Subtotal		2.480	(672)	1.808	1.907
Total		75.077	(33.747)	41.330	48.154

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios	Outras Imobilizações	Total
Saldos em 31/12/2018	12.949	2.007	14.956
Adições	38.815	-	38.815
Depreciação/amortização	(5.518)	(99)	(5.617)
Saldos em 31/12/2019	46.246	1.908	48.154
Depreciação/amortização	(6.724)	(99)	(6.824)
Saldos em 31/12/2020	39.522	1.808	41.330

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Operadora não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos ("impairment").

NOTA 7: Intangível

O intangível representa os valores investidos em sistemas utilizados pela Operadora e estão sendo amortizados de acordo com a vida útil definida, estando composto como segue:

				2020	2019
<u>Descrição</u>	Taxa de <u>depreciação anual</u> (%)	Custo de aquisição	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Software	20%	<u>89.356</u>	(86.355)	3.001	<u>8.544</u>
Total		<u>89.356</u>	(86.355)	3.001	<u>8.544</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Operadora não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos ("impairment").

NOTA 8: Provisões Técnicas

As Operadoras de Plano de Assistência à Saúde são obrigadas por Lei a constituírem Provisões Técnicas exigidas pelo Órgão Regulador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja contabilização está atualizada pela regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável, e lastreadas por outras aplicações não vinculadas.

	2020	2019
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	369.081	417.533
Provisão de eventos a liquidar para SUS	79.847	51.493
Provisão de eventos a liquidar para outros		
prestadores de serviços assistenciais	1.460.180	1.621.846
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	<u>993.049</u>	<u>946.117</u>
Total	<u>2.902.157</u>	<u>3.036.989</u>

Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de contraprestação não ganha	Provisão de eventos a liquidar para SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	Total
Saldos em 31/12/2018	422.794	1.735.282	677.035	2.835.112
Constituições	32.644.498	37.009.290	411.652	70.065.439
Reversões	-32.649.759	(87.184)	(142.570)	(32.879.513)
Baixas / pagamentos		(36.984.048)		(36.984.048)
Saldos em 31/12/2019	417.533	1.673.340	946.117	3.036.989
Constituições	32.719.645	34.916.041	860.962	68.496.647
Reversões	(32.768.097)	-	(814.029)	(33.582.126)
Baixas / pagamentos	-	(35.049.353)		(35.049.353)
Saldos em 31/12/2020	369.081	1.540.027	993.049	2.902.157

8.1 Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados das provisões técnicas da Operadora estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	2020	2019
Ativos garantidores		
Aplicações financeiras vinculadas	4.633.209	4.548.088
Total	4.633.209	4.548.088
Provisões Técnicas		
PEONA	993.049	946.117
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	-	56.900
Eventos a liquidar para SUS	79.847	51.493
Total	1.072.896	1.054.510
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	3.560.313	3.493.578

NOTA 9: Tributos e encargos sociais correntes

Os tributos e contribuições foram apurados de acordo com o lucro real no que se refere a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social, já os demais impostos como PIS, COFINS e ISSQN são apurados sobre o faturamento da Operadora, o imposto de renda retido e o valor descontado na fonte dos prestadores de serviços e o FGTS e Contribuição Previdenciária são encargos que incidem sobre a folha.

	2020	2019
IRPJ	199.398	200.804
CSLL	72.928	78.245
ISS	54.372	49.255
Contribuição Previdenciária	6.091	5.723
FGTS	1.831	1.757
COFINS / PIS	53.012	37.138
Retenções na Fonte	55.241	53.654
TOTAL	442.874	<u>426.576</u>

NOTA 10: Débitos Diversos

A Operadora tem obrigações trabalhistas a liquidar as quais incluem as Provisões de Férias que estão constituídas em montante suficiente para fazer frente às obrigações com os funcionários, por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais, o adicional de um terço até a data do balanço. Os fornecedores representam as aquisições a prazo de materiais e serviços.

	2020	2019
Obrigações Com Pessoal	29.965	35.846
Fornecedores	18.707	31.142
Outros Débitos a Pagar	<u>87.216</u>	53.732
Total	<u>135.888</u>	<u>120.720</u>

⁽i) Basicamente aluguéis a pagar e depósitos a identificar.

NOTA 11: Provisões para ações judiciais

A Operadora constitui provisão para ações judiciais, inerentes ao curso normal das suas atividades movidas por terceiros, mediante ações civil, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por advogados e quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor essas contingências classificadas como provável e contabilizadas estão demonstrados a seguir:

11.1 Ações judiciais com risco de perda provável

	2020	2019
	0.0	• • • • • •
Contingência Civil (i)	<u>96.776</u>	<u>39.954</u>
Total	<u>96.776</u>	<u>39.954</u>

⁽i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

Movimentação da provisão para ações judiciais:

Movimentação Provável

	2020	2019
Saldo no início do exercício	39.954	-
Constituições	104.233	159.872
Reversões/baixas	(47.412)	(119.918)
Saldo no fim do exercício	96.776	39.954

11.2 Ações judiciais com risco de perda possível

	2020	2019
Contingância Civil (i)	87.799	
Contingência Civil (i)	87.199	_
Total	<u>87.799</u>	

⁽i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

Nota 12: Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da Operadora era de R\$ 3.312.000 representado por 1.104.000 mil quotas, com valor nominal de R\$ 3,00 (Três Reais).

12.2. Reserva de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os lucros apurados terão a destinação que for deliberada pelos quotistas. Em 2019, houve constituição de reserva de lucros no valor de R\$ 2.007.260.

12.3. Destinação do resultado líquido

Em conformidade com o contrato social da Operadora, os resultados apurados serão distribuídos o que forem deliberados pelos quotistas. Em 2020, a Operadora registrou lucro no exercício de R\$ 6.466.612.

NOTA 13: Receitas de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora

	2020	2019
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos	de saúde da operador	a
Outras Receitas Operacionais (i)	22.567	<u>26.319</u>
Total	<u>22.567</u>	<u> 26.319</u>

(i) Essa rubrica contábil refere-se substancialmente a prestações de serviços realizadas pela Operadora.

NOTA 14: Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

_	2020	2019
Outras despesas operacionais com planos de assistência à		2017
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	64.020	82.429
Provisão para perdas sobre recebíveis	1.202.894	301.690
Reversão para perdas sobre outros créditos	(1.202.894)	(184.471)
Total	<u>64.020</u>	199.648

NOTA 15: Outras despesas operacionais de assistência médica não relacionadas com planos de saúde da operadora:

	2020	2019
Despesas de assistência à saúde não relacionadas com planos	de saúde da operadora	
Serviços de terceiros (i)	<u>477.683</u>	214.596
Total	<u>477.683</u>	214.596

(i) Basicamente prestação de serviços médicos.

NOTA 16: Despesas administrativas

	2020	2019
Pessoal (iv)	289.799	1.031.733
Serviços de terceiros (i)	338.317	312.692
Localização e funcionamento (ii)	363.789	399.458
Depreciação e amortização	12.366	11.111
Publicidade e propaganda	-	5.234
Tributos	54.737	69.876
Despesas com multas administrativas	-	115.906
Outras (iii)	<u>194.002</u>	<u>131.384</u>
Total	<u>1.253.010</u>	<u>2.077.394</u>

- (i) Serviços advocatícios, consultoria, informática entre outros;
- (ii) Utilização e manutenção das instalações, como aluguel, água, luz, serviços de manutenção, limpeza, segurança e outros;
- (iii) Composto substancialmente por perdas definitivas sobre créditos de planos individuais e coletivos de e contingências jurídicas.
- (iv) Ao final do exercício de 2019, a Operadora realizou uma redução no quadro de funcionários administrativos.

NOTA 17: Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Desconto concedidos	(113.114)	(13.241)
Tarifas bancárias	(3.934)	-
Despesas por pagamento em atraso	(7.760)	(13.099)
Subtotal	(124.808)	(26.340)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	330.518	536.764
Juros sobre recebimentos em atraso	107.429	116.454
Outras	13.242,08	79.081
Subtotal	<u>451.189</u>	732.299
Total líquido	326.381	705.959

NOTA 18: Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Lucro contábil antes do IR e CS	9.794.182	5.803.042
Alíquota fiscal nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de rende e contribuição social pela alíquota nominal	3.330.022	1.973.034
Ajuste para apuração alíquota efetiva		
Despesas Indedutíveis		
Adições (i)	422.652	376.943
Exclusões (ii)	<u>(425.104)</u>	(304.389)
IR e CS resultado	<u>3.327.570</u>	<u>2.045.588</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>33,97%</u>	<u>35,25%</u>

- (i) Basicamente as adições referem-se às provisões para perdas de outros créditos e provisões para ações judiciais.
- (ii) Basicamente as exclusões referem-se às reversões das provisões para ações judiciais e provisão para perda de outros créditos.

NOTA 19: Seguros

A Operadora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

As políticas de riscos adotadas pela Administração da Operadora, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Item	Tipo de cobertura	Valores segurados
Complexo Ambulatorial	Danos Materiais	1.648.951

NOTA 20: Eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos individuais/ familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas — DIOPS do período até 31 de dezembro de 2019 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

			2020	2019
	Rede contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas médicas	807.744	-	807.744	1.152.445
Exames	1.333.068	750	1.333.818	1.555.624
Terapias	196.712	-	196.712	316.756
Internações	1.553.724	-	1.553.724	1.618.492
Outros atendimentos	447.847	-	447.847	545.841
Demais despesas	1.092	372	1.463	1.155
Total	4.340.186	1.122	4.341.308	5.190.312

NOTA 21: Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido as atividades operacionais

Conciliação do lucro líquido com caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro Líquido do exercício	6.466.612	3.757.454
Ajustes:		
Variação da provisão para PPNG	(48.452)	(5.261)
Provisão/reversão para PEONA	46.932	269.082
Depreciação e Amortização	12.366	11.210
Reversão de Contingências	56.821	(119.918)
Ajustes de contas patrimoniais	<u>-</u>	30
Resultado ajustado	6.534.280	3.912.596
Aumento (diminuição) em ativos operacionais		
Valores em trânsito	(1.573)	818
Aplicações Financeiras	(6.163.470)	(4.309.744)
Contraprestações Pecuniárias	129.759	(22.922)
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	(327.727)	-
Créditos Tributários	(4.019)	185.523
Bens e Títulos a Receber	(15.614)	(5.648)
Despesas Antecipadas	(1.159)	<u>-</u>
Variação das atividades operacionais-ativos	(6.383.803)	(4.151.973)

Aumento (diminuição) em passivos operacionais		
Provisões Técnicas e Eventos a Liquidar	(133.312)	(61.944)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(36.601)	18.996
Tributos e Encargos Sociais	16.298	237.743
Débitos Diversos	15.168	(73.687)
Outras exigibilidades de longo prazo		159.873
Variação das atividades operacionais-passivos	(138.447)	280.981
Caixa Líquido das atividades operacionais	<u>12.030</u>	41.604

NOTA 22: Diferença do Saldo de Caixa e Fluxo de Caixa

A diferença entre o fluxo de caixa e o disponível apresentado no balanço referem-se a valores em trânsito que não fazem parte do saldo final de caixa, como segue:

-	2020	2019
CAIXA - Saldo Final DFC	25.880	13.850
Valores em trânsito	2.391	818
Total do disponível	28.271	14.668

NOTA 23: Instrumentos Financeiros

23.2.1. Classificação

A Operadora efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Operadora consistem em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Operadora referem-se a obrigações com fornecedores, que resultam diretamente das suas operações.

23.2.2. Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo das contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro da Operadora se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e suas respectivas classificações são os seguintes:

	•	2020
	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros	-	
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos	28.271	28.271
Contraprestações pecuniárias a receber	997.124	997.124
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	17.822.124	17.822.124
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à		
saúde	2.902.157	2.902.157
Débitos diversos	135.888	135.888
		2020
	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros —		Contabil
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos	28.271	28.271
Contraprestações pecuniárias a receber	997.124	997.124
		0
Valor justo por meio do resultado		0
Aplicações financeiras	17.822.124	17.822.124
Passivos financeiros		0
Custo amortizado		0
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	2.902.157	2.902.157
Débitos diversos	135.888	135.888

23.3. Gerenciamento de risco

A Operadora está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Operadora, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Operadora também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e curto prazo de vencimento.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Operadora também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculados aos indexadores TJLP e CDI, os quais a Operadora possui obrigações contratadas. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Operadora concentra suas aplicações financeiras em títulos públicos indexados à variação do CDI.

d) Risco de liquidez

A Operadora monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo. Os índices de liquidez corrente e geral da Operadora em 31 de dezembro de 2020 eram R\$ 5,31 e R\$ 5,45 respectivamente.

NOTA 24: Partes relacionadas

Durante os exercícios de 2020 e de 2019 a Operadora não realizou transações significativas com partes relacionadas de seu grupo econômico.

25

Jundiaí, 31 de dezembro de 2020	
Diretoria	
Rodrigo Ferreira da Rocha Diretor	Angela Maria Liandro Doranti Contadora CTCRC SP 1SP 214316/O-8